



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de assinatura de banco de imagens, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO
1	<ul style="list-style-type: none">• Acesso a banco de imagens com acervo de mais de 90 milhões de imagens;• Possibilidade de fazer o <i>download</i> de, no mínimo, 600 imagens por mês;• Ausência de custos adicionais ou custos especiais de licenciamentos para uso das imagens;• Possibilidade de utilização das imagens no todo ou em parte, alteradas, editadas, recortadas ou incorporadas a outros trabalhos, sem que seja preciso dar créditos ou citar fonte ou	10200	Unidade	1	R\$ 23.132,67

	<p>... autoria nas peças em que for utilizado, em qualquer mídia, impressa ou eletrônica, existente ou a ser criada, inclusive em sítios de internet, mídias sociais, canais de televisão abertos ou fechados, serviços de mensageria etc;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demais especificações e requisitos apresentados no Estudo Técnico Preliminar anexado a este Termo de Referência. 				
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de assinatura de banco de imagens.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A contratação deve consistir na assinatura de banco de imagens em contrato fixo de valor fixo mensal, pelo período de um ano, prorrogável nos termos da legislação, se houver interesse das partes.

5.1.2. Os recebimentos, aceitações e pagamentos da contratação serão mensais.

5.1.3. A contratação deve permitir que a ABIN realize download e uso das imagens do banco de imagens *royalty-free* na quantidade estabelecida mensalmente.

5.1.3.1. A quantidade estabelecida para downloads é de, no mínimo, 600 imagens por mês.

5.1.3.2. Não pode haver custos adicionais ou custos especiais de licenciamentos para uso das imagens do banco de imagens.

5.1.4. A necessidade deverá ser suprida assim que possível, a partir da data de assinatura do contrato, pois não há contrato vigente.

5.1.4.1. O fornecimento da assinatura do banco de imagens deverá ser disponibilizado por meio de seu site oficial em até 24 horas a contar da assinatura do contrato ou da notificação da nota de empenho.

5.1.5. O serviço deve oferecer suporte técnico no Brasil.

5.1.6. O prazo de garantia na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar do fornecimento e ativação da licença adquirida.

5.1.7. O serviço possui natureza continuada, pois as necessidades apresentadas na Descrição da Necessidade da Contratação do Estudo Técnico Preliminar ocorrem sempre e precisam ser atendidas prontamente.

5.1.8. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.

5.1.9. Nos termos do art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços no que couber:

a) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

c) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

d) respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

e) prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na resolução CONAMA nº 257, de 30 de julho de 1999.

5.1.9.1. Como forma de comprovar que a CONTRATADA adota as práticas de sustentabilidade ambiental elencadas, conforme o art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, Declaração de Sustentabilidade Ambiental, nos termos do modelo anexo a este Termo de Referência.

5.1.10. São requisitos do banco de imagens:

5.1.10.1. Deve ter um acervo de, no mínimo, 90 (noventa) milhões de imagens.

5.1.10.2. Deve haver imagens de uso geral e imagens de temas específicos a Atividade de Inteligência, conforme apresentado na **tabela 1**.

TABELA 1	
TEMAS	EXEMPLOS (não abrangente)
A) Inteligência e contrainteligência	Xadrez, quebra-cabeças, engrenagens, mapa mundial, conexões mundiais, intercâmbio, redes.
B) Terrorismo e contraterrorismo	Alvos, terroristas, segurança, suspeitos, armas, mísseis, bombas, chantagem, câmera fotográfica, espionagem, pânico.
C) Segurança	Salas de monitoramento, câmeras, segurança digital, criptografia, <i>phishing</i> , pessoal de segurança, senhas, login, fraudes, policiamento, equipamentos de segurança em geral, grades, muros, símbolos relacionados.
D) Comunicação e negócios	Entrevistas, microfones, gravadores, auditórios, jornais, revistas, ambientes de trabalho, reuniões, escritório, arquivos, biblioteca.
E) Tecnologia	Computadores, equipamentos eletrônicos, telefones, veículos, câmeras, arquivos eletrônicos, redes de comunicação, mídias sociais, reconhecimento facial, IoT.
F) Transportes	Ônibus, carros, motocicletas, bicicletas, caminhões, vans, aviões, helicópteros, barcos, navios, trens, submarinos, foguetes, naves espaciais, rodovias, rodoviárias, aeroportos, radares, ferrovias.
G) Ensino	Salas de aula com alunos adultos em trajes formais, professores, púlpitos, lousas, idiomas, administração pública, cursos, livros, Direito, capacitação, EAD, ambiente educacional, material didático.
H) Recursos humanos	Processo seletivo, remoção, concurso, cadastro, nomeação, assinatura de contrato, pagamento, aposentadoria.
I) Saúde	Alimentação, alimentação saudável, comidas, mantimentos, bem-estar, tratamento médico, clínica, qualidade de vida, ciências, microscópios, células, moléculas, exames, consulta, saúde, doença, enfermeiro, médico, terapeuta, terapias.

TABELA 1	
J) Sustentabilidade	Economia, economia de água, economia de energia, economia de papel, copo descartável, reciclagem, preservação, natureza, meio ambiente, destruição do meio ambiente, fauna, flora, alertas ambientais.
K) Datas comemorativas	Natal, Ano Novo, Páscoa, Outubro Rosa, Novembro Azul, Dia do Professor, Dia do Servidor Público, Dia da Secretária, Independência do Brasil.
L) Pessoas	Representação de pessoas realizando atividades cotidianas e trabalhos variados, demonstrando sentimentos variados e em situações variadas; com vestimentas formais e informais; com características brasileiras, em diversidade de gêneros, de raças e de culturas (vestimentas e paramentos); partes do corpo humano, especialmente mãos e olhos.
M) Mapas e bandeiras	Mundo, continentes, Brasil (nacional, regiões, estados, cidades), outros países.
N) Arquitetura e urbanismo	Capitais dos estados brasileiros, principais cidades do mundo, edifícios, indústrias, monumentos, obras arquitetônicas infraestruturas.
O) Antiguidade	Símbolos históricos, rótulos, bordas, objetos históricos.
P) Esporte e lazer	Atividades esportivas em geral, competição, prática de exercícios, recreação, diversão, olimpíadas, campeonatos, vestuário esportivo, equipamentos esportivos, objetos esportivos, espaços esportivos, vitória, pódio, derrota.
Q) Objetos	Imagens de qualquer coisa material, mercadorias, bens de consumo, equipamentos em geral, instrumentos musicais, objetos de escritório, ferramentas, dentre outros, com fundo branco ou fundo verde.
R) Conceitos e ideias	Representações figurativas de ideias e conceitos abstratos, como competição, perigo, comunicação, qualidade de vida, segurança, sucesso, ajuda, amor, amizade, gratidão, utilizando também imagens representadas por cores, linhas e superfícies.
S) Fundos e texturas	Texturas e fundos, de materiais diversos para composição de artes, que resultem da intervenção natural do meio ambiente ou que caracterizam o aspecto exterior das formas e coisas existentes na natureza; texturas de materiais; texturas abstratas; ilustrações e obras expressivas que possam servir como plano de fundo ou referência visual.
T) Ilustrações / Clip-Art	Infográficos, diagramas, mapas, desenhos, fontes, números, bordas, molduras e outros elementos gráficos e imagens ilustradas sobre temas diversos.

5.1.10.3. Deve haver ampla disponibilidade de imagens em formato bitmap, tanto para imagens gerais como para as específicas à Atividade de Inteligência.

5.1.10.4. Deve haver disponibilidade de imagens em formato de vetores, tanto para imagens gerais como para as específicas à Atividade de Inteligência, especialmente quanto a ilustrações e aos itens “r”, “s” e “t” da **tabela 1**.

5.1.10.5. Deve haver disponibilidade de imagens de uso geral e de temas específicos (**tabela 1**) além daquelas que forem consideradas de uso exclusivamente editorial.

5.1.10.6. Deve ser constantemente alimentado de novas imagens, com no mínimo 40 (quarenta) mil imagens por semana, orientadas também a retratar

temas correntes.

5.1.10.7. O acervo deve ter imagens com aproveitamento potencial mínimo de 20% para as necessidades de comunicação institucional da ABIN.

5.1.10.7.1. O critério de avaliação do aproveitamento das imagens será utilizado como parte da avaliação das empresas do mercado em razão do perfil intensivo de uso do banco de imagens pela ABIN, em que há recorrência de temas e assuntos e uso intensivo dos recursos de imagem, sendo necessário amplo leque de opções de fotografias, ilustrações e planos de fundos como forma de alcançar os objetivos de comunicação.

5.1.10.7.2. O parâmetro utilizado será o aproveitamento mínimo 20% das imagens dos bancos que resultarem de consultas a termos-chave, sendo esse um indicador da qualidade percentual do banco de imagens e um requisito para a contratação de qualquer das empresas, tratando-se de requisito estabelecido à CONTRATADA para melhorar a qualidade da produção das ações de comunicação da ABIN e para maximizar o uso do banco de imagens, dando maior eficiência ao recurso investido pela administração.

5.1.10.7.3. Os termos-chave consultados para avaliação do aproveitamento das imagens serão aqueles elencados na **tabela 1**.

5.1.10.7.4. Os termos-chave poderão ser consultados na totalidade ou por amostragem.

5.1.11. São requisitos das imagens do banco de imagens:

5.1.11.1. O acesso e os direitos das imagens devem ser cedidos à pessoa jurídica.

5.1.11.2. Os bitmaps devem estar disponíveis com resolução mínima de 300 (trezentos) dpi (pontos por polegada) para tamanho A3.

5.1.11.3. Os bitmaps devem estar disponíveis como arquivos “.jpg” de alta qualidade ou em formatos de qualidade superior.

5.1.11.4. Os vetores devem estar disponíveis como arquivos do tipo “.eps”.

5.1.11.5. As imagens devem poder ser utilizadas pela ABIN (CONTRATANTE) no todo ou em parte, alteradas, editadas, recortadas e incorporadas a outros trabalhos, sem que seja preciso dar créditos ou citar fonte ou autoria nas peças em que for utilizado.

5.1.11.6. As imagens devem poder ser utilizadas em qualquer serviço de comunicação ou mídia, impressa ou eletrônica, existente ou a ser criada, inclusive em sítios de internet, mídias sociais, canais de televisão abertos ou fechados, serviços de mensageria etc.

5.1.11.7. As imagens devem estar prontamente acessíveis à CONTRATANTE em sistema eletrônico do banco de imagens.

5.1.12. São requisitos do sistema eletrônico do banco de imagens e o acesso a ele:

5.1.12.1. O sistema e todas suas funcionalidades devem ser acessados pela Internet, por meio de *browsers* (navegadores) atualizados, sem que seja necessário instalar programas ou aplicativos proprietários da CONTRATADA.

5.1.12.2. O sistema deve propiciar o acesso às imagens do banco de imagens e o seu download.

5.1.12.3. O acesso da CONTRATANTE ao sistema deverá poder ser feito por até sete (7) usuários com permissão de realizar os downloads da contratação, cada um com seu próprio *username* e senha.

5.1.12.4. O sistema deve conter as imagens catalogadas com palavras-chave ou etiquetas (*tags*) e deve possibilitar a realização de pesquisas por esses termos, de modo que sejam encontradas as imagens necessárias.

5.1.12.5. O sistema deve fornecer a visualização das imagens em miniaturas ou em resolução baixa antes que o usuário opte por realizar o download do arquivo vetorial ou bitmap no tamanho almejado.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste Termo de Referência.

5.4. Não há necessidade de deslocamentos para o processo licitatório.

5.5. Caso seja necessária a entrega física ou assinatura de documentos, elas deverão ser realizadas na sede da ABIN em Brasília/DF ou em suas Superintendências Estaduais, nas capitais dos estados brasileiros.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos no item 5.1.9. deste Termo de Referência.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Por tratar-se de prestação de serviço que se consubstancia em acesso a sistema informatizado, não havendo local de execução dos serviços em instalações da CONTRATANTE, não haverá vistoria para a licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A execução dos serviços será iniciada assim que possível, a partir da data de assinatura do contrato.

8.1.1.1. O fornecimento da assinatura do banco de imagens deverá ser disponibilizado por meio de seu site oficial em até 24 horas a contar da assinatura do contrato ou da notificação da nota de empenho.

8.1.2. O serviço será realizado por acesso ao sistema e todas suas funcionalidades, pela Internet, por meio de *browsers* (navegadores) atualizados, sem que seja necessário instalar programas ou aplicativos proprietários da CONTRATADA.

8.1.3. O acesso da CONTRATANTE ao sistema será feito por até sete (7) usuários com permissão de realizar os downloads da contratação, cada um com seu próprio *username* e senha, de acordo com informações fornecidas pelo fiscal do contrato da CONTRATANTE ao preposto da CONTRATADA.

8.1.4. O serviço oferecerá suporte técnico no Brasil.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Não há necessidade de disponibilização de materiais da CONTRATADA à

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as características apresentadas no Estudo Técnico Preliminar, no que se destacam os requisitos do banco de imagens:

10.1.1. Deve ter um acervo de, no mínimo, 90 (noventa) milhões de imagens.

10.1.2. Deve haver imagens de uso geral e imagens de temas específicos a Atividade de Inteligência, conforme apresentado na **tabela 1**.

10.1.3. Deve haver ampla disponibilidade de imagens em formato bitmap, tanto para imagens gerais como para as específicas à Atividade de Inteligência.

10.1.4. Deve haver disponibilidade de imagens em formato de vetores, tanto para imagens gerais como para as específicas à Atividade de Inteligência, especialmente quanto a ilustrações e aos itens “r”, “s” e “t” da Tabela 1.

10.1.5. Deve haver disponibilidade de imagens de uso geral e de temas específicos (**tabela 1**) além daquelas que forem consideradas de uso exclusivamente editorial.

10.1.6. Deve ser constantemente alimentado de novas imagens, com no mínimo 40 (quarenta) mil imagens por semana, orientadas também a retratar temas correntes.

10.1.7. O acervo deve ter imagens com aproveitamento potencial mínimo de 20% para as necessidades de comunicação institucional da ABIN.

10.1.7.1. O critério de avaliação do aproveitamento das imagens será utilizado como parte da avaliação das empresas do mercado em razão do perfil intensivo de uso do banco de imagens pela ABIN, em que há recorrência de temas e assuntos e uso intensivo dos recursos de imagem, sendo necessário amplo leque de opções de fotografias, ilustrações e planos de fundos como forma de alcançar os objetivos de comunicação.

10.1.7.2. O parâmetro utilizado será o aproveitamento mínimo 20% das imagens dos bancos que resultarem de consultas a termos-chave, sendo esse um indicador da qualidade percentual do banco de imagens e um requisito para a contratação de qualquer das empresas, tratando-se de requisito estabelecido à CONTRATADA para melhorar a qualidade da produção das ações de comunicação da ABIN e para maximizar o uso do banco de imagens, dando maior eficiência ao recurso investido pela administração.

10.1.7.3. Os termos-chave consultados para avaliação do aproveitamento das imagens serão aqueles elencados na **tabela 1**.

10.1.7.4. Os termos-chave poderão ser consultados na totalidade ou por amostragem.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e

encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.1.1. Fornecer acesso à quantidade mínima de fotos mensais para download,

conforme especificado;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.2.1. Em caso de problemas no site, a CONTRATADA terá o prazo de 12 (doze) horas para que as falhas técnicas sejam solucionadas na página, sobretudo quando houver impossibilidade de realização de downloads, devendo restabelecer integralmente a operacionalização do site no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação,

quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Agência Brasileira de Inteligência.

12.24. Responder pelas imagens fornecidas que venham a ter problemas por violação de direitos autorais.

12.25. Todos os direitos autorais e patrimoniais e demais resultados dos trabalhos intelectuais e/ou artísticos realizados pelo CONTRATANTE com a utilização das imagens cedidas pela CONTRATADA são de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, ficando vedada à CONTRATADA qualquer utilização indevida, para quaisquer fins e sob qualquer pretexto, do material produzido, sem autorização do CONTRATANTE, sob as penas da Lei.

12.26. Disponibilizar para download por tempo indeterminado fotografias e imagens que possam ser utilizadas pelo CONTRATANTE sem restrição de publicidade em território brasileiro, representações da Agência no exterior e na internet.

12.27. Não cobrar da CONTRATANTE direitos autorais e de utilização das imagens disponibilizadas por meio do instrumento contratual.

12.28. Fornecer e manter durante o período de vigência da prestação do serviço, suporte técnico com pronto atendimento em horário comercial via e-mail e/ou por meio de central telefônica com vistas à solução de eventuais problemas, falhas e dúvidas na operacionalização do site.

12.29. Solucionar dúvidas dos serviços, bem como sobre aspectos técnicos relacionados ao uso das imagens e ao processo de download.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração,

devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.12. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.12.1. verificar o atendimento dos critérios de aproveitamento de imagens conforme o item 16 deste Termo de Referência.

15.12.2. autorizar a emissão de nota(s) fiscal(is);

15.12.3. encaminhar à Área Administrativa eventuais pedidos de modificação contratual;

15.12.4. acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATADA, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

15.12.5. observar o art. 25 da Instrução Normativa SLTI/Ministério do Planejamento nº 4, de 12 de novembro de 2010, ou seja, acompanhar e garantir o fornecimento dos bens durante todo o período de execução do contrato, envolvendo o monitoramento da execução, com apoio do Requisitante da solução; e

15.12.6. comunicar às autoridades competentes sobre a proximidade do término do contrato, com pelo menos 120 (cento e vinte) dias de antecedência, fornecendo motivações pela renovação ou não do contrato, se possível.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base no cálculo estabelecido, sempre

que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do disposto neste item não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. A contratada deverá definir seu preposto e seu(ua) substituto(a) e informar formalmente seus nomes e meios de contato.

16.2.2. O preposto ou seu(ua) substituto(a) deverão estar acessíveis para contato nos dias e horários comerciais.

16.2.3. As pesquisas dos termos-chave elencados na **tabela 1**, no banco de imagens contratado, devem fornecer imagens com aproveitamento potencial mínimo de 20% (vinte por cento) para as necessidades de comunicação institucional da ABIN.

16.2.4. Os termos-chave poderão ser consultados na totalidade, por amostragem ou por demanda dos operadores do serviço na ABIN.

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1. não produziu os resultados acordados;

16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.4. A proporção de irregularidade verificada para fins de retenção ou glosa no pagamento, terá o seguinte cálculo:

$$\mathbf{P.IRREG = (\tilde{N}.PREP \times 1,5) + (\tilde{N}.IMG \times 3,5)}$$

para valores até 100 - caso o resultado seja maior que 100, considerar P.IRREG = 100, nível máximo de irregularidade

onde:

P.IRREG = proporção de irregularidade;

$\tilde{N}.PREP$ = número de dias em que não se conseguiu contato com o preposto ou seu substituto;

$\tilde{N}.IMG$ = número de pesquisas em que não houve aproveitamento mínimo de 20% das imagens;

A multiplicação de $\tilde{N}.PREP$ por 1,5 considera que 20 dias equivalem ao valor referência 30;

A multiplicação de $\tilde{N}.IMG$ por 3,5 considera que 20 pesquisas equivalem ao valor referência 70.

16.4.1. Caso não haja ocorrências de irregularidades no mês, não é necessário

registrar ou realizar o cálculo da proporção de irregularidade.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o

pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no disposto no item 16 deste Termo de Referência.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus

para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--------------------	------------------------------------------------------

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços de Serviços (IPS) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão da pequena monta do serviço objeto deste Termo de Referência, sendo uma licitação comum na qual a exigência da garantia contratual oneraria a contratação.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

21.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração

pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- II. **Multa de:**
 - a) 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b) 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - c) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 2 e 3**, abaixo; e
 - e) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- III. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- IV. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 2 e 3:

Tabela 3

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 4

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia,

ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Não há critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, em razão da especificação clara e precisa e dos meios suficientes de controle dos serviços prestados em atendimento às necessidades da ABIN, claramente descritas.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor unitário: R\$ 23.132,67 (vinte e três mil cento e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos).

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O valor total da contratação foi estimado em R\$ 23.132,67 (vinte e três mil cento e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos).

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. A dotação orçamentária da contratação vem da ação A0332 do POA, da NDD 33903901, nos termos da Declaração Orçamentária 593 (SEI nº 0491225)

24.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade: 110242;
- II - Fonte de Recursos: 0100;
- III - Programa de Trabalho: 192286;
- IV - Elemento de Despesa: 33903901;
- V - Plano Interno: A0332.

25. APÊNDICES

25.1. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 0603736);

25.2. Apêndice II - Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental (SEI nº 0533892);

25.3. Apêndice III -Declaração Orçamentária 593 (SEI nº 0491225); e

25.4. Apêndice IV -Relatório de Pesquisa de Preços (SEI nº 0596522).

Brasília, na data da assinatura.

JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA
INTEGRANTE REQUISITANTE TITULAR

HAMILTON SOARES DA FONSECA NETO
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO TITULAR

Documento assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA, Agente Fiscalizador de Contrato**, em 14/06/2022, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0603742** e o código CRC **D533FCD4**.

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -